

O debate clássico do campesinato e sua resistência no modo de produção capitalista

The classical debate of the peasantry and its resistance in the capitalist mode of production

El debate clásico del campesinado y su resistencia en el modo de producción capitalista

Juliano Ricciardi Floriano Silva
jrflorianoi@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, Campus Itapetininga, SP

Resumo: Esse ensaio procura revisar estudos clássicos sobre a inserção do capitalismo no campo e a questionável extinção dos camponeses. Baseado nas concepções lineares da evolução do capitalismo, autores do final do século XIX, como Karl Kautsky e Vladimir Ulianov 'Lênin', previram que a classe camponesa desapareceria ou então seria absorvida pelas demais classes. Todavia, esta concepção não era unanimidade entre autores como Rosa Luxemburgo e Alexander Chayanov. Estes, por meio de suas análises, defenderam que a persistência do campesinato no capitalismo superava as concepções de classe, sendo uma externalidade necessária para a acumulação do sistema capitalista, e portanto sua extinção seria questionável.

Palavras chave: Camponeses; Capitalismo; Resistência; Modo de vida.

Resumen: Este ensayo busca revisar los estudios clásicos sobre la inserción del capitalismo en el campo y la cuestionable extinción de los campesinos. Basado en las concepciones lineales de la evolución del capitalismo, autores de finales del siglo XIX, como Karl Kautsky y Vladimir Ulianov "Lenin", predijeron que la clase campesina desaparecería o entonces sería absorbida por las demás clases. Sin embargo, esta concepción no era unanimidad entre autores como Rosa Luxemburgo y Alexander Chayanov. Estos, por medio de sus análisis, defendieron que la persistencia del campesinado en el capitalismo superaba las concepciones de clase, siendo una externalidad necesaria para la acumulación del sistema capitalista, y por lo tanto su extinción sería cuestionable.

Palabras clave: Campesinos; Capitalismo; Resistencia; Modo de Vida.

Abstract: This essay proofreads the classical studies on the insertion of capitalism in the countryside and the questionable extinction of peasants. Based on the linear conceptions of the evolution of capitalism, late 19th century authors such as Karl Kautsky and Vladimir Ulianov 'Lenin' predicted that the peasantry would either disappear or be absorbed by the other social class. However, this conception was not unanimous between authors Rosa Luxemburg and Alexander Chayanov. These argued that the persistence of the peasantry in capitalism surpassed class conceptions, being a necessary externality of the accumulations of the capitalist system, and therefore your extinction would be questionable.

Keywords: Peasants; Capitalism; Resistance; Way of Life.

INTRODUÇÃO

Esse texto procura debater, por meio de uma revisão bibliográfica, a manutenção do campesinato inserido no sistema capitalista.

No passado, alguns teóricos da economia e da política acreditavam que os camponeses cederiam à ascensão do capitalismo, sendo extintos ou se metamorfoseando em qualquer outra camada social, que não à sua própria. Tal concepção foi defendida por autores como Karl Kautsky (1980) e Vladimir I. Ulianov - 'Lênin' (1985) que no final do século XIX, observavam as mudanças impostas pelo avanço do capitalismo no espaço agrário europeu e ignoraram as particularidades contraditórias intrínsecas do sistema capitalista.

A contradição principal que focamos nesse texto é a resistência da classe camponesa, dentro do sistema capitalista, que em teoria seria caracterizado apenas por duas classes sociais (a burguesia e o proletariado).

Por meio das análises de Luxemburgo (1970) e Chayanov (1974), se elucidam essas particularidades do campesinato, que se submete às outras classes, fornecendo alimentos a um baixo custo de produção de um lado e de exploração indireta do trabalho, como fonte de acumulação de capital alheio, do outro.

A manutenção do campesinato no capitalismo supera as análises econômicas, sendo impossível encaixá-los como pequenos burgueses rurais ou proletários do campo, pois se perde a essência que rege essa classe com interesses heterogêneos. Assim, a busca pela recriação e manutenção de seu modo de vida é o que caracteriza a luta camponesa pelo acesso à terra e as diferentes formas de organização do trabalho familiar, conforme o espaço e o tempo.

AS MUDANÇAS HISTÓRICAS PROVOCADAS PELO CAPITALISMO

Um modo de produção, conforme Dobb (1987), pode ser interpretado como: a forma mediante a qual o trabalho é expropriado, a relação de produção ou propriedade que se estabelece entre o produtor direto e os meios de produção: terras, máquinas e insumos.

No modo de produção feudal, o camponês/servo tinha parte de seu trabalho expropriado por meio da renda da terra, paga ao terratenente nas formas de trabalho, de tributo (com a produção) e posteriormente em dinheiro. Segundo Dobb (1987), essa obrigação era legitimada pelas forças coercitivas, seja militar ou jurídica, obrigando-o a submeter-se às exigências econômicas do terratenente. Essa renda acumulada durante anos, aos poucos abrirá a janela para a ascensão do capitalismo, que será responsável por diversas transformações na sociedade, especialmente no modo de vida camponês.

Kautsky (1980) salienta que os camponeses sofreram transformações em seu modo de vida, ainda na Idade Média, quando surgem as primeiras indústrias urbanas. "O ponto de partida (...) foi a dissolução que a indústria essencialmente urbana e o comércio determinaram na pequena indústria dos camponeses" (KAUTSKY, 1980 p. 13). Outrora, o camponês e sua família, que se bastava para sua manutenção passaram a absorver os

produtos que vinham do meio urbano (ferramentas de melhor qualidade, roupas, utensílios,...) aumentando as relações campo-cidade.

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a qual se dedicava primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para a compra de coisas dispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p.13).

O desenvolvimento da indústria urbana gerou no campo um excedente de população que não se ocupava mais com a fabricação de utensílios e ferramentas. Segundo Kautsky (1980), esse seria também o germe da dissolução da família rural camponesa. Com a dificuldade de manter esse excedente de mão de obra, o chefe da família acaba sendo forçado a disponibilizá-la a serviço de outros, como empregados em granjas, soldados, proletários urbanos ou como massa emigrante para o Novo Mundo.

Para sobreviver o camponês passa, cada vez mais, a depender do dinheiro, tendo como saída transformar seus produtos em mercadorias para ser disponibilizados ao mercado para a venda. Mas a concorrência urbana não permitia que ele disponibilizasse seus produtos artesanais da sua indústria arcaica, mas apenas aquilo que a indústria não produzia, ou seja, alimentos e matérias-primas. “Assim, o camponês foi finalmente forçado a tornar-se o que se entende hoje por camponês, coisa que absolutamente não foi no início: um agricultor puro.” (KAUTSKY, 1980 p. 13).

É exatamente a especialização do camponês em uma única atividade que vai solidificar o processo de exploração do trabalho e conseqüentemente o aumento significativo da produção. A necessidade do aumento da produção submete o camponês a uma condição de trabalho similar ao do proletário, pois aos poucos ele perde a liberdade de produzir seus víveres e a propriedade do fruto de seu trabalho, condicionando seu modo de vida conforme os imperativos do mercado, com vistas a garantir uma renda mínima.

Quando o camponês deixa de sê-lo, o contratante da mão de obra pagará um salário estritamente suficiente para possibilitar a manutenção mínima da família, com o intuito de assegurar e perpetuar a descendência dos filhos como futuros trabalhadores. O restante que não é pago ao trabalhador provém o capital que se destinará às outras duas classes: a dos arrendatários/capitalistas (lucro) e a dos proprietários de terras (renda da terra).

Essas mudanças, vistas inicialmente no espaço agrário inglês, resultaram em um aumento significativo da produtividade, que naquele momento não se pode dizer que estava associado a técnicas ou o uso de equipamentos que aumentassem a produtividade, mas sim da ampliação da exploração do trabalho, atendendo aos imperativos da competição e do melhoramento. Por isso Smith (1996), salienta que

(...) a riqueza ou o bem-estar das nações é identificado com seu produto anual *per capita* que, dada a sua constelação de recursos naturais, é determinado pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” - que pode ser entendido como aquele que produz um excedente de valor sobre seu custo de reprodução - e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. (SMITH, 1996, p.9)

Como já destacado, foi com a especialização e a redução do camponês a um 'agricultor puro' que proporcionaram ao capital o poder de explorá-lo, ao ponto de extrair o excedente destinado às outras classes, permitindo a crescimento do estoque de capital. Portanto, só o trabalho gera valor. A mercadoria que o camponês/agricultor entrega ao mercado pode ter valor de uso para o consumidor, porém acima de seu valor de uso, está o seu valor de troca que interessa ao capitalista, onde embutido nele está o seu lucro, como também a parcela pertencente ao senhor de terras.

A PROLETARIZAÇÃO DO CAMPONÊS?

Diante do exposto, qualquer forma de campesinato estaria condenada a tornar-se parcelas do proletariado. Esse parâmetro teve como base as transformações no espaço agrário inglês que induziram pensadores por toda a Europa, como Karl Kautsky (1980) e Vladimir I. Ulianov 'Lênin' (1985), a defenderem essa tese.

Kautsky, proeminente intelectual da socialdemocracia alemã, em sua obra *A Questão Agrária*, de 1899, defendia a superioridade no volume de produção que a grande propriedade teria em relação à pequena, se adaptando melhor ao capitalismo e posteriormente a industrialização da agricultura. Esse autor procura mostrar que o modelo camponês de exploração, no sentido econômico, é desvantajoso, por demandar muita mão de obra e recursos para uma área pequena, resultando em uma produção pífia, comparada com a exploração de grandes extensões e, além disso, o excesso de cercas para dividir as pequenas propriedades ocupariam terras que poderiam ser aproveitadas, como ocorre em uma extensa área de exploração. Outro aspecto é a incorporação da técnica no campo, que levaria o produtor a depender cada vez mais de capital para reinvestir na propriedade, adquirindo de bens e insumos para ampliar a produção. Isso dificultaria a manutenção da pequena propriedade, por isso o autor acreditava no risco do seu desaparecimento.

É um fato conhecido e facilmente compreensível que a pequena propriedade seja esmagada por despesas enormes com construções, compra de animais de tiro e instrumentos; que mesmo algumas de suas necessidades correntes, como por exemplo, as de aquecimento e de iluminação, sejam maiores do que na grande propriedade. É faculdade fundamental de certas funções econômicas a de só produzirem lucro quando executadas numa base extensa. Estão nesse caso a criação de animais, a realização de alguns trabalhos técnicos, o emprego de máquinas, as obras de melhoramento, etc. Em esferas semelhantes, a grande exploração é sempre superior. Ela pode gozar de tais vantagens no preparo dos produtos e na utilização do crédito. Mas o grande proprietário tem, sobretudo, o privilégio de poder, em virtude de sua situação e de seus fins, basear a sua empresa num plano determinado, plano que lhe permite uma visão de conjunto e a sistematização dos diversos serviços. Mediante a aplicação do importante princípio da concentração e da divisão do trabalho, pode orientar as tarefas em direções especiais, tornando mais produtiva, a atividade dos homens que emprega. (KAUTSKY, 1980, p. 67)

Para ele, a pequena exploração não teria condições de concorrer com a grande, como também fazer frente a importação dos produtos agrícolas, que determinaria um novo ritmo de vida ao camponês, deixando de produzir para sua subsistência, iria tornar-se um agricultor voltado para o mercado ou migrar às cidades, transformando-se em trabalhador assalariado.

Quando o camponês se inseria no mercado, para trabalhar fora de sua unidade familiar, dedicando mais tempo à esta atividade que as de autoconsumo, ele passava a vender sua força de trabalho em troca de salários. Na visão de Kautsky (1980), ele deixava de ser camponês, passando a fazer parte do proletariado. Por outro lado, o mesmo autor salienta a necessidade de manter a pequena produção como um apêndice da grande, constituindo-se uma forma de garantir o fornecimento de trabalhadores a baixo preço quando forem necessários. Assim, pode-se verificar que existe uma coexistência entre a grande e a pequena propriedade, numa dependência ambivalente.

Esta produção de braços diminui sensivelmente onde a grande exploração se desenvolve à custa da pequena. Expropriando os camponeses, a grande empresa amplia o seu domínio, mas reduz o número dos homens que o cultivam. Disso já resulta que, apesar da sua superioridade técnica, ela jamais consegue reinar com exclusividade numa determinada região. A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários. Assim, mesmo onde prepondera, a grande exploração não consegue um império incontestável. (KAUTSKY, 1980, p. 98).

Ao mesmo tempo, se verifica que a grande exploração agrícola precisa de mão de obra, e esta pode ser obtida dos camponeses que vivem em seu entorno. Por outro lado, o pequeno produtor (já ignorado por Kautsky como um camponês, por estar vinculado ao mercado), em momentos que a lavoura de autoconsumo está em crescimento ou no rigoroso inverno, pode buscar na grande propriedade e na indústria a possibilidade de se reproduzir vendendo sua força, na forma de trabalho acessório.

Para fortalecer os argumentos acima, pode-se deduzir que essa persistência frente às mudanças, bem como sua manutenção junto à grande exploração agrícola e industrial, é impulsionada pela maior integração dos camponeses ao mercado, em atividades mais convenientes com o tipo de trabalho familiar e ao tamanho de seus estabelecimentos.

Outra forma também destacada por Kautsky, com o intuito de evitar o fim da pequena propriedade, seria a formação de cooperativas, ou uma forma de organização socialista da produção para enfrentar a ascensão do capitalismo agrário. Kautsky acreditava que esse tipo de organização seria decisivo para assegurar a revolução, pois quando o camponês aderiria a essas novas atividades cooperadas, ele deixava de sê-lo, passando a se identificar com o proletariado, que para os sociais democratas da época seria o ponto de partida para a revolução socialista que subjugaria o Capitalismo.

Seguindo a mesma linha de interpretação, Lênin, em sua obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, também de 1899, vai propor que o campesinato seria desintegrado pelas relações de produção com a ascensão do capitalismo agrário. Entre os fatores que

levariam a destruição do campesinato, destaca-se o arrendamento de terras, o uso de equipamentos agrícolas, a agricultura comercial e o trabalho assalariado.

Para Lênin, a grande exploração agrícola era definida como aquela que demandaria de um maior investimento de capital na terra, ou seja, o volume de técnica (insumos e maquinários) que a tornassem muito mais produtiva, divergindo de Kautsky (1980) que definia a grande exploração, apenas conforme sua extensão em área. Lênin observava a intensificação do investimento na produção, concordando com a noção de ‘melhoramento’ propagado na Inglaterra, e que a adoção desse modelo atendia a demanda de uma agricultura mercantil, que seria a responsável por eliminar a pequena exploração, vista como agricultura natural, realizada pelos camponeses.

Submetidos a essas mudanças, Lênin propõe a diferenciação social destes em: camponeses pobres, camponeses intermediários e camponeses ricos. Desta distinção, Lênin afirmava que os camponeses pobres se transformariam em proletários rurais, pois não detinham terras e estes não teriam condições de se reproduzirem por si mesmos, tendo que vender sua mão de obra para as grandes explorações. O excedente desses camponeses pobres teria que seguir em direção às cidades, para venderem sua mão de obra como operários.

Os camponeses ricos seriam aqueles que conseguiriam resistir no campo, agregando mais terras e adotando as técnicas necessárias para ampliar a produção. Na concepção leninista, esse camponês que produz muito mais que o necessário para sua sobrevivência se transformaria em burguês, por manter amplas relações mercantis com o capitalismo agrário.

Já o camponês médio seria um misto dos dois anteriores, ele detém terras, mas com uma pequena exploração, trabalhando ele mesmo e a família ou contratando com poucos assalariados (algo raro), que produz mais víveres do que tem necessidade. Na concepção de Lênin, este camponês médio estava a meio caminho de tornar-se capitalista, pois ele

(...) dispõe de excedentes de grãos e está acostumado a considerá-los como sua propriedade, suscetível de venda livre. Todos os camponeses não compreendem absolutamente que o livre comércio de grãos é um crime de Estado. Eu produzi o grão, ele é fruto de meu trabalho, tenho o direito de comercializá-lo - eis como o camponês raciocina, por hábito, à maneira antiga. Quanto à nós, dizemos que se trata de um crime de Estado (CATANI, 1986, p. 109).

Se o camponês médio e o rico se transformariam em burgueses e os pobres se tornariam proletariado, não é estranho que esse autor definisse que o camponês “(...) deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que contribuem à base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista” (LENIN, 1985, p.114). Paulino (2012) ressalta que Lênin, com esse conceito de diferenciação em sentido único e linear, ainda serve de base para as análises do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que persiste inclusive na contemporaneidade.

Porém, deve-se destacar que o objetivo principal de Lênin era a revolução do proletariado urbano contra o sistema capitalista, pois somente dessa forma poderia haver a

ascensão de um novo sistema político e econômico (o Socialismo). Tanto Lênin e principalmente Kautsky, analisando a expansão do capitalismo agrário, afirmavam que o campesinato era uma anomalia ou um obstáculo ao pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista e sua futura derrocada. Amin e Vergopoulos (1977), não consideravam tal 'anomalia' e afirmavam que se o campesinato era um obstáculo ao capitalismo

(...) é preciso não perder de vista que sua 'perversão' subsiste e reproduz-se através de um processo de integração desta com aquela. Assim, podemos dizer que o grande perverso que escapa a todas as construções teóricas racionais – tanto 'burguesas' quanto 'marxistas' – é o capitalismo. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 136)

Todavia, não se deve ignorar que a expansão do modo de produção capitalista colocaria em risco a manutenção do campesinato, pois ele insere e adapta-se.

(...) de um lado, o Modo de Produção Capitalista transforma a agricultura a seu modo, isto é, de forma diferente em relação à indústria e, de outro lado, o camponês persiste em apegar-se a seu pequeno pedaço de terra e, sobretudo, ao seu modo de vida. Os dois movimentos coexistem, na tendência geral, em favor da manutenção da exploração agrícola familiar. (AMIN; VERGOPOULOS, 1977, p. 137)

Assim salienta-se que tanto o pensamento burguês como o social democrata dos marxistas (Kautsky e Lênin), que previram o fim do campesinato baseado na ideologia burguesa do desenvolvimento linear e único do capitalismo, tornou-se falho.

O que se pretende nesta análise dos pensadores clássicos acima é reforçar a ideia que o desenvolvimento do capitalismo no campo não foi e nem segue uma linearidade, bem como ele foi se adequando, conforme o espaço e o tempo. Ele cria e recria condições para a exploração do trabalho, submetendo conforme seus interesses, não sendo único, nem uniforme como acreditavam alguns defensores da burguesia e teóricos marxistas.

Partiram esses de uma visão evolucionista, aos moldes de um darwinismo social, pois o processo que se executava na Inglaterra com os cercamentos e as grandes safras, levava a crer que os modos de produção não capitalistas sucumbiriam à imposição desse modelo capitalista no campo. Todavia essa transformação não era e nem é homogênea. Se comparado à produção industrial, o artesanato estaria também fadado a desaparecer com o desenvolvimento da maquinofatura, porém em pleno século XXI, onde as modernas tecnologias e a produção em massa são os carros-chefes da economia, verifica-se nas entranhas do sistema a persistência dele, o artesanato, desde a produção de objetos simples (guardanapos bordados à mão, doces caseiros, panelas de barro, cervejas artesanais,...), como também a produção particular e individualizada de alto custo (como joias produzidas detalhadamente por ourives e exclusivas).

Com o campesinato, deduz-se que ocorra o mesmo, sendo impossível prever o seu fim. Ele se adapta e se submete ao sistema em vigor, para manter-se vivo. Assim, não se pode defender de maneira inflexível que todo o campesinato se desintegrará, mas sim que possa assumir novas faces para se manter ativo como classe.

A RESISTÊNCIA CAMPONESA: ENRIQUECENDO O DEBATE.

Antes de defender a proletarianização do campesinato, há que se verificar que ele não se converte automaticamente à uma classe. Como um camaleão, adapta-se às condições socioeconômicas vigentes. Todavia essa adaptação e a luta política que os camponeses assumiam, conforme o momento, era questionado por Kautsky (1980), que não conseguia ver sua permanência frente o avanço do capitalismo agrário.

(...) o camponês era um ser misterioso, estranho, às vezes mesmo muito inquietante. Tendo outrora combatido da maneira mais enérgica a Igreja, os príncipes e a nobreza, ele se agarrava agora com a maior obstinação a essas instituições. Viu-se mesmo que punha tanto ardor em aderir ao partido dos exploradores quanto as outras classes em lutar por sua emancipação. Frequentemente voltou contra as democracias as armas que esta lhe ofereceu. (KAUTSKY, 1980, p. 11).

Essa mobilidade do camponês em se aliar a quem no passado foram seus inimigos, parte da noção de não se verem como uma classe social com interesses comuns. Seus interesses são particulares, e privilegiam acima de tudo sua manutenção na terra e na sobrevivência de sua família, e principalmente o seu modo de vida, conforme Shanin (2008) destaca

A partir desse espírito, eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas. (...) Podemos definir isso ao analisarmos as circunstâncias e verificarmos se eles lutam ou não lutam por seus interesses, então, saberemos se é uma classe ou não. Mas, em todas as condições, quando luta ou não luta, o campesinato é um modo de vida, e isso é essencial para compreendermos a sua natureza. Acredito que esse aspecto é mais central que qualquer outra coisa em sua definição. (SHANIN, 2008, p. 36-37).

Essa noção de modo de vida escapa das análises econômicas de Kautsky, como também de Lênin, não sendo possível coexistir um sistema arcaico frente ao modelo capitalista que tudo absorvia e transformava. Rosa Luxemburgo, uma marxista, também não acreditava nesse desenvolvimento uniforme e unânime do capitalismo. Na sua análise, a lógica da acumulação primitiva não é apenas histórica, ela acompanha o desenvolvimento capitalista porque é a ele necessária. A autora defende que a acumulação pelo processo de trabalho e a acumulação primitiva eram processos orgânicos, complementares.

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação

do capital pode realizar-se sem as estruturas não capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363-364).

Essa complementaridade pré-capitalista era essencial ao sistema, pois se não fosse dessa forma o capitalismo já estaria esgotado

Aqui começa um assunto de difícil resolução. Uma vez alcançado o resultado final - o que não passa de uma construção teórica - a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em problemas insolúveis. No momento em que o esquema marxista da reprodução ampliada corresponde à realidade, denuncia o término, o limite histórico do movimento da acumulação, isto é, o fim da produção capitalista. A impossibilidade da acumulação significa, do ponto de vista capitalista, a impossibilidade do desenvolvimento posterior das forças produtivas e, assim, a necessidade histórica objetiva do desabamento do capitalismo. (LUXEMBURGO, 1970, p. 364).

Portanto seria impensável ao sistema capitalista a total homogeneização da sociedade em burguesia e proletariado, ignorando os elementos periféricos da economia capitalista, como os camponeses.

Além dos camponeses e a contradição de sua existência no sistema, concorda-se com Bartra (2011) em sua fala, de que o capital necessita dessas externalidades contraditórias, como a natureza (estritamente a terra) fonte de acumulação de capital, mediante a propriedade dela que se gera a renda. E o homem, além de personagem central da exploração do trabalho que se transforma em mais-valia, torna-se confrontador do avanço selvagem do capitalismo, lutando por melhores salários, carga horária compatível, greves, manifestações e outros. Esse entrave assegura a manutenção da acumulação via exploração do trabalho, de forma mais branda, porém constante.

Tanto o homem como a terra são obstáculos, mas também são ferramentas necessárias à manutenção do capitalismo, pois ambas transformam-se em mercadorias para o capital, ainda que o capital não consiga se apropriar totalmente deles. É nesse equilíbrio de forças que está a manutenção do sistema capitalista.

Trazendo para a atualidade, a luta ambiental pela sustentabilidade, acima de todos os benefícios para a humanidade, é uma barreira contra o avanço do capitalismo, mas também pode se tornar uma condição que acrescente valor a sua mercadoria e amplie o seu mercado consumidor. Como exemplo os títulos de 'selo verde' fornecido por órgãos conservacionistas como o FSC (*Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal), certificação ISO 14000 e outros. Portanto, são essas contradições inerentes ao capitalismo, que o mantém ainda vivo e ativo. Se não fosse por essas externalidades que operam junto ao sistema como um 'freio', como salienta Luxemburgo (1970), haveria o fim da acumulação e conseqüentemente o sistema capitalista desabaria.

Retomando dentre os teóricos clássicos e contrariando essas concepções lineares da evolução unilateral do capitalismo, destaca-se Alexander Chayanov, um estudioso da escola organizacional-produtiva, com a obra *La organización de la Unidad Campesina*,

de 1925, que procura defender a resistência e a reprodução camponesa, baseado em seus estudos na Rússia. No prefácio da obra demonstra como o modo de vida camponês difere do modelo capitalista, possuindo uma grande flexibilidade e como principal característica o trabalho familiar. Essa flexibilidade se dá conforme as condições naturais (fertilidade do solo, clima...), sociais (número de membros da família/braços para o trabalho, sociabilidade, ajuda mútua) e econômicas (implementos, melhorias e poupança para reinvestir na unidade e no bem estar da família). Essas características flexíveis no modo de vida camponês são essenciais para descaracterizar a visão de Lênin, de eliminação total do campesinato

Si a la inelasticidad le agregamos los mecanismos de mercado, este tipo de análisis se aproxima mucho a la principal tesis de Lenin en cuanto a que la economía campesina como tal es transicional, ya que en su seno se esconde campesinos ricos y proletarios. (CHAYANOV, 1974, p. 15).

Enquanto Lênin previa o fim do campesinato, apenas pensando em seu modelo clássico, de produtor para o autoconsumo, Chayanov destaca a flexibilidade que a economia doméstica camponesa possui, não se atendo apenas na produção de alimentos, como também no artesanato, e se necessário a venda da mão de obra em atividades não-agrícolas, assegurando sempre o sustento equilibrado da família. Portanto, a ameaça que o capitalismo poderia exercer aos camponeses não se confirma e os mesmos se inserem dentro dele e nele se mantêm ativos

Em la actualidad, la unidad económica campesina em casi todas partes está ligada al mercado capitalista de mercancías; en muchos países sufre la influencia del capital financiero, que le ha hecho empréstitos, y coexiste con la industria organizada al modo capitalista y, em algunos lugares, también con la agricultura capitalista. Las empresas campesinas tienen interrelaciones sociales demasiado complejas con todos estos elementos en la economía actual. (CHAYANOV, 1974 p.42)

A obtenção dos rendimentos da produção para o campesinato é oriunda da propriedade do trabalho familiar e dos frutos gerados por ele. Essa propriedade é o que assegura seu modo de vida e sua respectiva manutenção familiar.

Já no modo de produção capitalista, as três formas de entrada de rendimentos são por meio da renda da terra, assegurada ao proprietário de terras; do lucro do arrendatário capitalista, obtido pela mais valia do trabalhador e; do salário, pago ao trabalhador que disponibiliza sua mão de obra à exploração capitalista. O resultado de seu trabalho não lhe pertence, sendo totalmente reduzido ao salário que lhe assegura o mínimo para sua sobrevivência. O restante do trabalho não pago (mais-valia) alimenta o acúmulo de capital (lucro) para o arrendatário, como também é do trabalhador que de extrai a renda da terra.

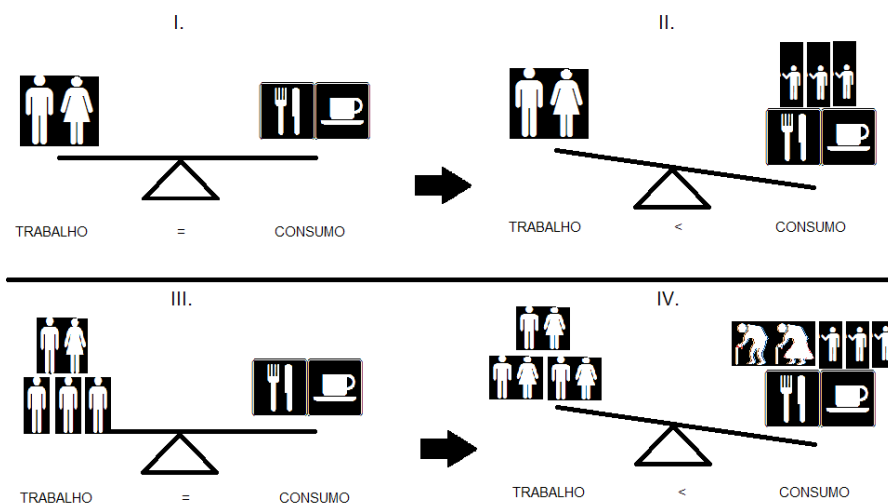
Na análise de Marx (*apud* CHAYANOV, 1974), as transações do camponês não são guiadas por um preço envolvendo os custos de produção, como no capitalismo. No campesinato, a sua auto-exploração tem como objetivo, assegurar o autoconsumo do grupo familiar, e o seu trabalho excedente não se acumula e é cedido gratuitamente à sociedade.

Em seu modo de vida, a necessidade de dinheiro está baseada no modelo proposto por Marx (1974) (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria), ou seja, sua relação com o mercado é a de estritamente satisfazer suas necessidades por outra mercadoria que não produza, por isso não se pode afirmar que os camponeses são capitalistas. Para Chayanov, essa relação com o mercado é a forma como ele se insere no capitalismo, coexistindo com suas características de modo de vida, mas também recorrendo ao crédito quando necessário e também na circulação de mercadorias.

Se o sustento da família é o foco do modo de vida camponês, esta é a única forma de entrada de dinheiro, baseado na relação de trabalho-consumo. Esta contrasta com a acumulação de capital, o trabalho assalariado, bem como a extração da mais-valia e, conseqüentemente, o lucro. Portanto, o modo de vida camponês, segundo Chayanov, é tido como não capitalista. Por isso, quando satisfeitas as necessidades do grupo familiar, não se vê motivo para o trabalho excedente, algo impensável num sistema de exploração constante da mão de obra.

Chayanov afirmou que esse balanço trabalho-consumo dependia de fatores como a intensidade de trabalho do grupo familiar (baseados na relação entre membros da família aptos e inaptos ao trabalho) e a relação com o meio de produção (quantidade de terras e fertilidade dos solos, ferramentas, máquinas, artesanato, comércio, trabalho acessório,...). A intensidade de trabalho leva em conta a variação entre os membros da família em momentos distintos, nessa relação do trabalho-consumo, conforme o esquema da figura 1. Nesta, pode-se perceber que o casal de camponeses com suas respectivas atividades consegue o equilíbrio dentro do balanço trabalho-consumo (I). Entretanto, com a chegada dos filhos, ocorre uma sobrecarga no consumo, pois estes ainda em idade imprópria para a labuta diária pesam dentro do orçamento doméstico (II). Para o reequilíbrio dessa balança, o casal deverá aumentar a intensidade de seu trabalho, para suprir as necessidades da família. Além disso, caso a unidade econômica não possuísse terras suficientes, o casal passaria a desenvolver atividades não-agrícolas, como o artesanato e o comércio.

Figura 1 - Esquema da relação trabalho consumo, baseado no estudo de Chayanov (1974)



Fonte: Chayanov (1974). Org.: o autor.

Entretanto, essa não era uma condição constante. Com o passar dos anos, os filhos vão crescendo e passam a trabalhar (III), retomando o equilíbrio entre trabalho e consumo, que posteriormente viria a ruir com o envelhecimento dos pais e o matrimônio dos filhos (IV), que poderiam ou não permanecer na unidade. Chayanov destacou que havia uma estreita relação entre o tamanho da família e o volume da atividade econômica da unidade.

En conocimiento de esta dependencia podemos tratar el problema del carácter interno de esta relación y suponer que no es el tamaño de la familia lo que determina el volumen de la actividad económica familiar como pensamos antes; por el contrario, podemos decir que el grado de actividad agrícola determina la composición de la familia. (CHAYANOV, 1974, p.61)

Portanto, de acordo com a quantidade de terras disponíveis, bem como os recursos que a família dispõe, é o que vai limitar o número de membros nesta.

Outro aspecto destacado por Chayanov é a produtividade anual do trabalho camponês a partir das diversas fontes, no qual o resultado desse trabalho era diferenciado entre produto bruto e líquido. O bruto caracterizava-se por todas as entradas oriundo do trabalho familiar intra e extra unidade. Já o líquido seria a parte restante depois de cobrir todos os custos de produção, a que será reinvestida na unidade com a finalidade de adquirir mercadorias para aprimorar o trabalho e dar mais qualidade de vida à família.

A busca por essa qualidade de vida pela família camponesa não deve ser vista como mera necessidade consumista, mas acima de tudo assegurar o necessário para seu sustento, sem dispender de muitas horas de trabalho. Pois o camponês entende que aumentar sua auto exploração ao ponto de fatigar-se, é perda de qualidade de vida.

A intensificação do trabalho ocorre em momentos distintos durante o ano. Isso se deve à organização do trabalho camponês estar relacionado aos ciclos da natureza, ou seja, às estações climáticas e as respectivas culturas típicas no calendário agrícola, sendo exatamente nas épocas de semeadura e especialmente a colheita as que mais demandam trabalho. No entanto essa intensificação do trabalho não se compara à exploração que ocorre numa indústria, sem relação com as estações do ano e nem com as horas do dia e da noite. Essa particularidade do trabalho camponês, Chayanov assinala que, em sua área de estudo, comparando o emprego de trabalho na agricultura e demais atividades, este não chegaria a 50% do observado nas cidades.

Se comprueba que del número total de días laborables em el año los campesinos emplean em agricultura una proporción comparativamente pequeña de su trabajo - em total solo um 25-40% - em las zonas que estudiamos. Aun si agregamos todo el trabajo em ofícios no agrícolas, hay que reconocer que la fuerza de trabajo campesina está lejos de ser utilizada em su totalidad y arroja uma tasa de utilización que no sobrepasa el 50%. (CHAYANOV, 1974 p.75)

Outra análise realizada por Chayanov é o comparativo do ponto de equilíbrio entre a unidade de produção capitalista e a camponesa. Enquanto a primeira é a extensão de terras ilimitadas e respectiva contratação de mão de obra assalariada com produção

constante, na segunda era determinada pela relação entre necessidades de consumo da família e sua força de trabalho. Como visto anteriormente, esse equilíbrio nas unidades camponesas variava conforme a composição etária da família, pois essa não contrata mão de obra externa, resultando na intensificação do trabalho de seus membros.

Nesses momentos críticos de intensificação do trabalho - falta de capitais investidos na unidade, poucas terras para serem semeadas, ganho insatisfatório no mercado para seu artesanato - levavam os camponeses a recorrerem a superexploração de seu trabalho, mesmo que disso resultasse seu esgotamento e queda de qualidade de vida da família. Por isso Chayanov, salientava que o camponês tornava-se mão de obra para outros, deixando momentaneamente a sua unidade de produção, por meio de trabalhos acessórios. Essa alternativa tornava-se mais vantajosa por auferir maiores ganhos com o mesmo esforço, assegurando a manutenção da família.

Portanto, o objetivo maior do campesinato é alcançar o equilíbrio trabalho-consumo, com base no conceito denominado “Teoria da Diferenciação Demográfica”, que só conduziria o camponês a trabalhar mais apenas para compensar o aumento do número de consumidores no seio familiar. Dessa forma, Chayanov contrariava as ideias de Lênin quanto a diferenciação dos camponeses (ricos, médios e pobres) e conseqüentemente sua futura extinção. Para ele, a diferenciação de pobres a caminho da proletarização e os ricos na direção da burguesia, não seguia a lógica capitalista, mas seriam estratégias inerentes ao camponês e sua família, para manterem seu equilíbrio entre o trabalho e o consumo.

Chayanov é muito criticado por persistir em afirmar que mesmo com a inserção da unidade econômica camponesa no mercado, comercializando seus produtos agrícolas e artesanatos, bem como adquirindo o que não produz e vendendo sua mão de obra em determinados momentos, esta não se transformava em unidade capitalista, especialmente por não existir o trabalho assalariado.

...señala que mi terminología es incorrecta y dice que incluso las unidades de explotación puramente familiar, en cuanto se convierten en productoras de mercancías y venden su producción en el mercado capitalista sometándose a la influencia de sus precios, deben llamarse unidades de explotación capitalista, puesto que forman parte del sistema capitalista en el nivel nacional. (...) No obstante, es esencial recordar que lo principal de nuestro análisis no es la economía nacional sino la de carácter privado, y necesitábamos un aparato conceptual específico para separar las empresas familiares de las que están basadas en el trabajo asalariado. A estas últimas llamamos capitalistas (...). (CHAYANOV, 1974, p.131).

Além disso, o acúmulo de capital dentro da unidade de produção camponesa, que foi definido anteriormente como ‘produto líquido’, tem como função o reinvestimento na unidade (renovação de capital), melhorando as condições de produtividade, diminuindo o esforço físico e melhorando o bem estar da família. Enquanto que o acúmulo de capital para o sistema capitalista baseia-se na exploração do trabalho alheio, na economia camponesa esse acúmulo visa poupar o trabalho próprio.

Inseridos no mercado, os camponeses, passam a selecionar os produtos que irão produzir, baseado na rentabilidade/trabalho, optando por culturas que tragam um retorno maior para a família.

Gracias a su contacto con el mercado la explotación puede eliminar ahora de su plano organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y em los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo mayor que el requerido para obtener su equivalente en el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos mayores. (CHAYANOV, 1974, p. 142).

Entretanto, isso não significava o abandono do cultivo para o autoconsumo familiar, “(...) además, no hay que seleccionar solamente cultivos comerciales sino también los que cubran em especies las necesidades de la familia si resultan más convenientes que adquirir el producto en el mercado”. (CHAYANOV, 1974, p. 152)

As vantagens que a inserção do mercado trouxe para a manutenção do campesinato, também apresentavam desvantagens, como a sua instabilidade de preços. Chayanov destacava que estes, outrora mais influenciados pelos mercados locais, sofrem agora com os preços do mercado mundial, refletindo no preço local dos produtos. Por outro lado, a pequena unidade de produção deve buscar também aperfeiçoar sua produção, sendo que isso pode custar a redução do bem estar da família, quando parte desse capital destinado a renovação seja aplicado em uso de máquinas. No estudo de Chayanov, se verificava os riscos que isso traria a satisfação das necessidades familiares, porém havia exceções, no qual a máquina fora um investimento vantajoso

Proveniente de nuestras observaciones en el sudeste donde pequeñas granjas (...) usan a menudo máquinas cosechadoras em áreas donde no pueden compensar su costo. La causa reside en que el grano maduro se mantiene en la espiga solo por cuatro o cinco días de modo que, sin la máquina, la familia solo alcanzaría a cosechar un área mucho menor de la que pudo sembrar y cultivar. (...) Por lo tanto, la adquisición de una máquina cosechadora y la ligera reducción en la remuneración por el trabajo en la cosecha del trigo permite esta labor, mucho más ventajosa que el resto, pro cuya expansión antes estaba constreñida por el periodo crítico de la cosecha. (CHAYANOV, 1974, p. 251)

Essa incorporação de máquinas e inserção no mercado, bem como a padronização de cultivos que passam a rodear o universo camponês, indicava um caminho sem volta, da submissão do campesinato à essência do capitalismo. Chayanov, não negava isso, porém também não concordava com a extinção (pelo menos tão rápida, como previa Kautsky e Lênin) dos camponeses. Ele insistia na manutenção e coexistência dos camponeses no capitalismo, sendo muito crítico à uniformidade da teoria do *homo economicus*, proposto por Adam Smith (1996) e David Ricardo (1996), que era aplicado para o meio urbano-industrial. Para Chayanov, havia uma complexidade no campo impossibilitando sua aplicação neste meio. O camponês era um organizador da produção familiar, no qual a realização das tarefas era resolvida em conjunto sem uma remuneração individual, ao

passo que a teoria de Smith e Ricardo se enquadrava para um empresário explorador da mão de obra assalariada.

Entretanto, Chayanov, defendendo a persistência do campesinato, sabia que este seria dominado pelo poder do Capitalismo. O aumento da aplicação de tecnologia na produção e maior demanda por capitais para serem aplicados na terra, bem como a aquisição de máquinas, seriam decisivas para o aumento da sujeição dessas unidades econômicas. Como alternativa, o autor via na formação de cooperativas entre as diferentes unidades econômicas camponesas uma forma de assegurar a manutenção das famílias e seu modo de vida na terra. Na análise do panorama russo “(...) debemos esperar que la unidad de exploración doméstica, fortalecida por cuerpos cooperativos, pueda defender sus posiciones contra las unidades de exploración en gran escala de tipo capitalista (...)” (CHAYANOV, 1974, p.304).

Assim, inseridos em cooperativas, os camponeses teriam a chance de participarem do mercado mundial de alimentos, socializando o uso de maquinários e adquirindo demais insumos para sua produção e oferecendo seus produtos em conjunto, submetidos aos preços ditados por esse mercado. Além de vislumbrar o camponês como parte ativa dentro do sistema capitalista, Chayanov, destacava que essas cooperativas de camponeses teriam um papel fundamental na organização da produção do chamado capitalismo de estado, no qual já vigorava na Rússia desde a Revolução e caminhava para o Socialismo.

(...) cuando ceñimos la naturaleza campesina Elemental con nuestra medida y la organizamos dentro del sistema general de la economía planificada de la U.R.S.S. debemos proponernos este objetivo final: introducir en la futura organización de la agricultura elementos cuyo desarrollo posterior llegue a superar el capitalismo de estado y pueda constituir la base para un futuro sistema económico socialista. (CHAYANOV, 1974, p. 315).

Portanto, Chayanov pensava na revolução da mesma forma que os antecessores, Kautsky e Lênin, na qual o capitalismo cederia lugar ao Socialismo. As divergências estavam associadas, especificamente à eliminação do campesinato durante esse processo.

CONCLUSÃO

Confrontadas essas teorias, concorda-se com os argumentos que reforçam a tese da manutenção do campesinato submisso ao mercado, mas resistente como classe e especialmente como modo de vida.

Se para a maioria dos teóricos do Socialismo, os camponeses estiveram fadados a desaparecer, concluímos que a sua resistência em parte se deve a sua recriação, frente às mudanças que se processam na economia e nas formas de governo de cada porção do planeta. São ajustes que as famílias camponesas realizam para manterem seu modo de vida.

Se a sujeição é uma forma de resistir e se recriar como tal, esta também ocorrerá de variadas formas e modelos. As especificidades do campesinato se inserir em sistemas de governos democráticos ou autoritários, economicamente modernizados e mecanizados

ou então atrasados, apresentam particularidades, que asseguram sua persistência frente à uniformização teórica que o capitalismo tenta impor mas não consegue por ser, também, dependente dessa contradição.

Enfim, o que se reforça com este artigo é que o camponês não está condenado à proletarianização como única via, muito menos a se tornar um “pequeno empresário capitalista rural” conforme suas condições. Há particularidades dentro do capitalismo que indiretamente os exploram, entretanto, permitem a manutenção de seu modo de vida, baseado no trabalho e na satisfação das necessidades familiares.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- BARTRA, Armando. **La renta de la Tierra**, 2011. Vídeo (44 min. 29 seg.). Disponível em: <https://youtu.be/acRZJPUaUQQ>. Acessado em: 08 fev. 2018.
- CATANI, Afrânio M. Resenha bibliográfica de: LINHART, Robert. **Lenin, os camponeses, Taylor**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. In: **Revista de Administração de Empresas**, v. 26, n. 1, 1986. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901986000100012> Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901986000100012. Acessado em: 26 maio 2018.
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- KAUTSKY, Karl. **Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir I.U. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política)**. Livro 3, Volume 6 – O processo global de produção capitalista. 3.ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PAULINO, Eliane T. **Por uma Geografia dos Camponeses**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).
- SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1 (Os Economistas).

Data de submissão: 27/jun./2018

Data de aceite: 23/jan./2019